



Novos representantes de unidades tomam posse

O Conselho de Representantes (CR) é formado por representantes eleitos entre os associados da Adusp em cada unidade. Os mandatos são de dois anos e uma parcela dos conselheiros se renova anualmente. As reuniões, mensais, são abertas a todos os associados.

O CR é uma importante instância de decisão e deliberação da Adusp, orientando as ações da entidade. Tornar o conselho cada vez mais representativo é um desafio que pretendemos enfrentar e, para as unidades sem representantes, novas eleições podem ser realizadas em qualquer data, bastando encaminhar uma solicitação à Adusp.

Na reunião ordinária de 19/6, tomaram posse os novos membros e foram discutidos os itens da pauta que são resumidos a seguir.

Na avaliação das atividades de 26/5 a 30/5 (ex-V Congresso), vários conselheiros manifestaram que os docentes estavam apáticos em relação às discussões do congresso, e que a sua não realização representou um ônus para o movimento. Quanto ao Encontro de Professores, realizado na sala "Caio Prado" da História com a mesma pauta do congresso, alguns conselheiros mencionaram que ele deveria ter sido amplamente divulgado, possibilitando uma maior participação de docentes. Alguns participantes do Encontro de Professores ressaltaram que os debates foram muito bons e que a divulgação de suas conclusões, através de jornal especial da Adusp, foi muito oportuna. Entretanto, não tinham recebido dos colegas das unidades, até o momento,

nenhum comentário específico sobre seu conteúdo.

Sexta Etapa

A diretoria lembrou que desde a década de 1990 a Adusp tem lutado contra os contratos precários e espera que a Sexta Etapa do programa de regularização reduza significativamente o número de docentes "precários" na USP. Um ofício foi enviado à Reitoria em 12/6/08, solicitando informações sobre os resultados de todos os con-

ursos. Até o fechamento desta edição não havíamos recebido resposta. Ficou acertada a realização de um levantamento detalhado nas unidades sobre a situação remanescente após os concursos.

A diretoria deu informes sobre o andamento da implantação da Univesp-Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Esse assunto estará em evidência nos próximos meses, dado o interesse manifesto pelo governo do Estado e as ini-

ciativas, já em estágio avançado, nas universidades estaduais paulistas, em especial a USP. Os conselheiros indicaram a necessidade de ampliar o debate buscando envolver mais colegas nas diversas unidades.

A reunião ainda discutiu as relações da Adusp com seus associados. Questões relativas ao momento vivido pelo país, a incessante pressão sobre o trabalho acadêmico, a dificuldade de conciliar as lutas conjuntas

via Fórum das Seis com a dinâmica específica dos docentes da USP foram alguns dos aspectos mencionados, que serão retomados e aprofundados em reuniões sucessivas do CR.

Ainda nessa reunião, os conselheiros receberam cópias do Relatório Anual da Diretoria (a ser aprovado na Assembleia Ordinária de 27/6/2008) e aprovaram o Relatório de Atividades do CR do período de maio/07 a abril/08.

ICMS continua crescendo!

O Cruesp, até o fechamento desta edição, não havia agendado nova reunião para negociação da pauta unificada da data-base 2008. Em resposta ao ofício do Fórum das Seis de 2/6/2008, solicitando que nova reunião fosse realizada até 11/6 e pedindo vários esclarecimentos, o secretário-executivo do Cruesp afirma que os reitores consideram encerrado o item da pauta relativo a salários.

Durante muitos anos, nosso referencial de poder aquisitivo foi o salário de janeiro de 1989, primeiro ano da chamada autonomia financeira das universidades

estaduais paulistas. Lembremos que o governo Quéricia, após forte greve de docentes e funcionários, impôs por decreto a destinação às universidades de 8,4% do ICMS. Muitos janeiros se passaram e, na busca de reivindicação que soasse mais factível, em vários anos abraçamos outras referências de salário em nossas reivindicações. Entretanto, nunca abrimos mão de janeiro de 1989.

Mais recentemente, na luta por um patamar de dignidade salarial, apontamos o salário de maio de 2001, conquistado após greve de mais de 50 dias.

Nossa atual reivindicação inclui, além da recuperação de maio de 2001, uma parcela fixa de 200 reais. Mesmo se conquistada, não alcançaríamos o salário de janeiro de 1989.

Arrecadação cresce

O firme crescimento da arrecadação de ICMS e das reservas acumuladas no último ano permitem que as universidades estejam em situação financeira favorável, principalmente ao não repassarem para os salários tais acréscimos. O Cruesp poderia certamente adicionar os 200 reais aos 6,51% já concedi-

dos. Seremos capazes de convencê-los?

Há sinais claros de aumento da inflação, o que virá a consumir mais rapidamente o reajuste salarial concedido, resultando na necessidade de aumentar a pressão sobre os reitores.

É importante ressaltar que há verba para a ampliação de gastos e instalação de um programa de gratuidade ativa nas universidades estaduais paulistas. Entretanto, o item permanência estudantil, presente na pauta de reivindicações, não foi ainda discutido nesta data-base.

Assembleia ordinária da Adusp Dia 27/6, às 17h, na sede da Adusp

Pauta: relatório anual da diretoria

Em seguida, coquetel musical de final de semestre. Todos os associados estão convidados!

Ensino à distância para substituir ensino presencial?

Propostas de ensino à distância, como a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) e a já implantada Universidade Aberta do Brasil (UAB) têm surgido, ultimamente, com muita frequência (ver edições do *Informativo Adusp* 246 e 228, respectivamente).

As principais alegações feitas pelos defensores do ensino virtual são: 1) a oferta de oportunidades para as pessoas que não podem frequentar o ensino presencial regular e 2) a urgência da formação de professores – cujo déficit nacional na Educação Básica está, de fato, na casa das centenas de milhares.

Tais alegações têm repercutido na sociedade por conta dos baixíssimos índices de atendimento na educação infantil, da enorme mercantilização do ensino superior e da péssima qualidade dos ensinamentos fundamental e médio.

Inúmeras instituições privadas, aproveitando-se do frenesi criado pelos defensores desse modismo, oferecem cursos rápidos com grande carga de aulas virtuais e “semi-presenciais”, que resultam em certificados de duvidosa utilidade.

Entretanto, essas alegações são altamente questionáveis. Inexistem cursos públicos presenciais em número suficiente e, portanto, as pessoas não têm acesso a eles. Por exemplo, no Estado de São Paulo, há cerca de 25 mil vagas em instituições públicas federais ou estaduais nesse nível de ensino contra meio milhão de conclusões do ensino médio a cada ano.

Grande erro

Tentar resolver o problema quantitativo da formação de professores por meio do ensino à distância é um grande erro, cujas conseqüências serão duradouras.

A formação inicial de um professor depende da interação sistemática *estudantes-objetos de conhecimento-professores*, coisa praticamente inexistente no ensino à distância.

Empregos

Há ainda dois fatores que mostram a inconveniência da adoção do ensino à distância no Estado de São Paulo.

A Assembléia Legislativa es-

tá apreciando o nosso Plano Estadual de Educação (PL nº 1.074/03), que prevê, entre outros aspectos, a expansão do ensino superior presencial e de qualidade.

Há um grande contingente de mestres e doutores, formados pelas instituições públicas paulistas, que não encontram emprego adequado e que poderiam fortalecer o ensino superior público presencial.

Diversos países adotam o ensino à distância em pequena escala e de forma complementar ao ensino presencial, atendendo sobretudo pessoas realmente impossibilitadas, por algum motivo sério, de frequentar o ensino presencial: prisioneiros, pessoas com graves problemas de saúde e/ou de locomoção etc.

Equívoco

Porém, no Brasil e em São

Paulo o ensino à distância tem sido equivocadamente defendido não como algo complementar, mas como substituto do ensino presencial.

Se a Univesp vingar, em especial para a formação de professores, certamente teremos mais uma dívida social a pagar no futuro, como pagamos hoje, e caro, por políticas inadequadas adotadas por sucessivos governos paulistas no passado.

CARTA

Direção da EACH contesta informações

Recebemos extensa carta da direção da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), que contesta reportagem publicada no *Informativo Adusp* 257, a qual conteria “diversas imprecisões” e “desinformações”. A seguir os principais trechos:

“A proposta da EACH foi desenvolvida desde 2004, portanto antes da contratação dos docentes de nossa Escola, o que não ensejou uma discussão ampla com os atuais docentes das decisões que o envolvem, e contou com a discussão prévia feita por profissionais de diversos órgãos da USP, como a Coesf e a Prefeitura do Campus de São Paulo, e de um grupo que variou de quinze a vinte docentes que compuseram o Conselho Diretor da USP Leste e que se reuniu em certos períodos semanalmente, desde sua criação, em 28 de maio de 2004, até 17 de agosto de 2005.

Portanto, para a maioria dos projetos sequer houve possibilidade de consulta aos docentes atualmente contratados em nossa Escola (...).

Assim que a atual direção (Dante de Rose, diretor, e

Waldir Mantovani, vice-diretor) assumiu a Escola, preocupou-se com a participação dos docentes nos rumos que tomaria, incluindo o estabelecimento de uma Comissão formada por Professores para a discussão do espaço físico, que teve entre suas missões a de determinar os critérios e as políticas a serem seguidas, tendo sido realizadas diversas reuniões com ampla chamada à participação.

Este mesmo grupo também teve a atribuição de propor, junto com os demais docentes, critérios de distribuição de espaços de pesquisa, conforme demandas indicadas e políticas estabelecidas. Alguns grupos de pesquisa que se estabeleceram nas fases iniciais de nossa Escola foram contemplados com espaços de pesquisa, incluindo o grupo do qual faz parte o docente que afirmou que ‘Ficamos três anos sem laboratórios’.

Os problemas de poluição em Ermelino Matarazzo são muitos, conhecidos e ensejaram estudos na atmosfera e no solo de nossa área de implantação. Os resulta-

dos indicaram que os solos não são contaminados, ao contrário do que ocorre no Jardim Keralux (...) e a emissão de poluentes por indústrias na região, principalmente a BanQuímica, mas não a Owens-Illinois do Brasil (...), tem sido controlada e monitorada pela Cetesb, conforme indicação daquele órgão.

Os cursos de nossa Escola tiveram contratados os docentes conforme os projetos pedagógicos que estabeleceram, com base no cálculo de 8 horas de aula semanais por docentes em cada semestre, conforme a Portaria 3150/99, mas alguns cursos promoveram alterações em suas estruturas e cargas horárias totais e não foram contemplados nas contratações previstas originalmente, embora tenham suas solicitações objeto de discussão desde 2005 com a Reitoria.

(...) Os docentes têm cotas de xerox para uso pessoal e têm maior liberdade para o uso didático. Atualmente os docentes estão contratados em nosso prédio chama-

do II e, por isto, há uma grande concentração de cópias tiradas na máquina ali estabelecida, em especial em alguns períodos do mês e do ano, o que deverá ser sanado quando da implantação do novo prédio com salas de docentes, que deverá conter metade do total de docentes da nossa Escola.

Consulta junto à direção da Escola não detectou nenhuma reação ofendida sua à mensagem postada pela docente e a direção não se sente ofendida diante de reclamações justas, já que promovem a melhoria do nosso funcionamento. (...)

Professor Waldir Mantovani

Diretor em exercício da EACH

Nota da redação - As afirmações do professor sobre a quantidade de docentes contratados e sobre o uso do xerox confirmam o que publicamos. Quanto à questão ambiental, os indícios colhidos são de que a poluição tem aumentado (vide *Informativo Adusp* 258).

Professores da rede estadual em greve

Fotos: Croc/Adusp

A greve dos professores estaduais, que pedem “imediato atendimento da pauta de reivindicações e revogação do Decreto 53037 e da Lei 1041”, teve sua força reafirmada na sexta-feira 20/6, quando dezenas de milhares de professores, liderados pela Apeoesp, saíram novamente em passeata pelas ruas de São Paulo. Em assembléia, a categoria decidiu manter a greve apesar do reajuste salarial anunciado pelo governo na véspera, de 11% para os professores de quinta a oitava séries e de 12,2% para os de primeira a quarta séries.

A professora Carla R. O. Carvalho (ICB), diretora da Adusp, que compareceu à passeata para apresentar nota de apoio do Fórum das Seis, confirmou: “A manifestação dos professores estaduais foi algo excepcional. Havia muita gente, cerca de 50 mil pessoas, que tomaram toda a extensão da pista da Consolação, no sentido centro. A proposta feita pela Secretária da Educação vai juntar ainda mais gente na greve. Algumas pessoas estão muito indignadas. Eles vão continuar em greve”.

O Decreto 53037, editado pelo governador José Serra no final de maio, dificulta transferências e remoções de professores. Um professor que estiver em estágio probatório, por exemplo, não poderá mais requerer transferência para outra escola.

Reivindicações

Da pauta de reivindicações do movimento constam concurso público classificatório anual, garantindo-se o tempo de serviço; incor-

poração de todas as gratificações com extensão aos aposentados; reajuste salarial; revogação do Decreto 53037/08; revogação da Lei 1041/08 (que limita a falta médica); novo Plano de Carreira; fim da aprovação automática; liberdade de cátedra, e outros itens.

“Greve é direito constitucional, inclusive para quem está em estágio probatório”, lembra a Apeoesp, baseada em parecer de seu departamento jurídico. O sindicato denuncia as pressões do governo sobre a categoria: “A Secretaria da Educação vem pressionando os professores na tentativa de fazer



com que eles não engrossem a greve deflagrada na assembléia do dia 13/6 porque estão em estágio probatório”. No ato de 20/6, foi denunciada também a realização de contratações temporárias com a única finalidade de substituir os professores em greve.

Em carta enviada ao presidente da Apeoesp, professor Carlos Ramiro, o Fórum das Seis afirma que, “frente à situação desrespeitosa e inaceitável a que vêm sendo submetidos os professores da rede estadu-

al pelo governo do Estado, se solidariza com essa importante categoria de trabalhadores e coloca-se à disposição para divulgar os passos de sua luta pela conquista de suas justas reivindicações e prestar o apoio político necessário”. O Fórum destaca, ainda, a necessidade de reforçar “nossa luta conjunta — Fórum das Seis e Apeoesp — para ampliar os recursos destinados à Educação em geral na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Estado de São Paulo”.

Assembléia da Apeoesp de 20/6 de 2008

Vergonha

Os professores estaduais estão em greve. As reivindicações incluem vários itens, mas a questão salarial, por si só, já justificaria uma grande indignação. Na tabela abaixo os valores de salários dos professores, anunciados pelo governo do Estado de São Paulo em 20/6/2008, são comparados aos de outras categorias profissionais em termos de valor por hora.

Para o cálculo consideramos a jornada de 40 horas semanais resultando em 160 horas mensais de trabalho. Utilizamos os dados publicados semanalmente no domingo pelo jornal Folha de S. Paulo na seção denominada “Datacasa” (usamos o valor médio divulgado em 15/6/2008).

Profissional	Valor da hora trabalhada
Professor de 1ª a 4ª série	R\$ 8,18
Professor de 5ª a 8ª série	R\$ 9,38
Faxineira	R\$ 7,37
Motorista particular	R\$ 7,79
Auxiliar de enfermagem	R\$ 8,03

Não precisa ser um gênio para descobrir porque a educação sob a responsabilidade do governo Serra (que sucedeu Alkmin, que sucedeu Covas, que sucedeu Fleury...) está no fundo do poço em vários indicadores de qualidade. Eles deveriam estar corados de vergonha!

Valorizar a educação passa por valorizar os profissionais da educação! O resto é conversa de eleição.

No Sisusp, longa espera para agendar exames

A maior queixa da comunidade universitária que utiliza os serviços médicos da USP é a dificuldade de acesso, já que, para conseguirem submeter-se a determinados exames e consultas, os pacientes precisam aguardar por alguns meses. Inversamente, o atendimento médico recebe elogios.

Docentes, funcionários e estudantes da USP (e seus dependentes) têm direito a assistência médica por intermédio do Sistema Integrado de Saúde da USP (Sisusp), que conta com cinco Unidades Básicas de Assistência à Saúde (Ubas) no interior e na capital; o Hospital de Anomalias Craniofaciais em Bauru; e o Hospital Universitário (HU) no campus Butantã.

A professora aposentada Maria Amélia M. Dantes (FFLCH), que sempre utilizou os serviços do HU, vem observando “uma deterioração crescente dos serviços e falta de prioridade ao atendimento da comunidade USP”. Problema principal: “Exames e consultas demoram meses para serem marcados ou se tornam mesmo impossíveis, caso da mamografia, cujos horários mensais se esgotam em algumas horas. Várias vezes já aci-

onei a ouvidoria do HU, sem grandes resultados”.

O agendamento na capital é feito por telefone em datas específicas, conforme a especialidade médica ou o tipo de exame. Por exemplo, para marcar uma mamografia em junho era preciso ligar para a central de agendamento especificamente no dia 5, e em julho no dia 7; para consultar-se com um dermatologista é necessário telefonar no dia 15. Além de reclamarem das datas específicas e com duração de apenas um dia por mês para cada especialidade ou exame, os pacientes também se queixam de que é difícil conseguir ser atendido, pois o telefone está sempre ocupado, e das distantes datas disponíveis para serem atendidos.

“Agendamento ruim”

“Na Ubas o atendimento é bom. É o agendamento que é ruim. Estou tentando marcar um ultra-som há quatro meses, pedido por um médico da Ubas em 25/2. Mas o agendamento para esse exame é só no dia 10. Nesse dia, eu começo a ligar bem cedo (para o telefone do agendamento). Só dá ocupado. Às

15 horas atendem e dizem que não tem mais vaga e que o exame não é urgente”, relata Janilda Sudária Costa, funcionária da Veterinária.

Vanderley Costa, funcionário do CCE, conta que ele e a esposa, sua dependente, já precisaram fazer exames particulares por causa da demora nos serviços médicos da USP: “Eu precisei marcar consulta com urologista no começo deste ano, mas só tinha vaga em outubro. Eu desisti. Fui em um médico particular. Já minha esposa precisa fazer tratamento de hepatite. Se eu estivesse com ela aqui [no HU], ela não teria feito nem os exames de sangue ainda. Por isso, procuramos outro hospital. Então o serviço deixa a desejar, porque você é funcionário e o HU também é para os funcionários e você não consegue ser atendido”.

Maria de Lourdes Martins, funcionária da Reitoria, diz que sempre foi muito bem atendida pelos médicos da Ubas e do HU, mas que “o problema é o fato da demora”, a dificuldade no agendamento. “Eu não posso ficar muito tempo no telefone do trabalho para marcar a consulta, porque as pessoas pre-

cisam usar o telefone para trabalhar. Quando marcava consulta nos balcões era ótimo. Por telefone a gente não consegue falar”.

Absenteísmo?

No passado, o superintendente do HU chegou a afirmar que o absenteísmo (que na época ele informou chegar a 25%) prejudica o atendimento geral. Maria de Lourdes rebate: “A gente só consegue marcar a consulta para muito tempo depois — e quando chega o dia a gente até esquece”.

Alguns pacientes reclamam também que muitas vezes é a própria Ubas que desmarca a consulta ou exame, sem remarcação imediata. “Ano passado eu estava com

pedra no rim e o urologista pediu uma urografia excretora. Marquei o exame para o mês seguinte. Quando estava próximo da data, me ligaram e disseram que a máquina estava quebrada e que me ligariam para remarcar o exame. Não ligaram”, protesta Vanderley Costa.

Relatos informais de funcionários do HU descrevem uma situação que combina quadro de pessoal insuficiente e crescimento da procura pelos serviços médicos. Para esclarecer estas e outras questões relativas ao funcionamento do HU, o Informativo Adusp solicitou ao superintendente Paulo Andrade Lotufo que concedesse uma entrevista, não agendada até o fechamento desta edição.

Andes-SN: nova diretoria

A recente eleição da diretoria do Andes-SN contou com a participação, em todo o país, de 13.866 docentes, que representam 20% dos cerca de 69 mil filiados à entidade. A Chapa 1, “Andes Autônoma e Democrática e de Luta” é encabeçada pelo professor Ciro Correia (IGC-USP) e tem como 2ª vice-presidente da Regional São Paulo, a professora Lighia B. H. Matsushigue (IF-USP). A chapa recebeu 12.134 votos, o equivalente a 17,5% do colégio eleitoral. Os votos em branco foram 1.175 (1,7%) e os nulos 557 (0,8%).

Os índices indicam um avanço do comparecimento da categoria em relação à eleição realizada em 2006, da qual participaram 13.094 votantes (18,67%), sendo que a Chapa 1 recebeu 11.093 votos (15,82%).

Na regional São Paulo do Andes, a maior parte dos 1.225 votos da Chapa 1 veio dos docentes filiados à Adunicamp (350), à Adunesp (267) e à Adusp (257), destacando-se também a Adunifesp (127) e a Adunimep (112).

53º Conad

“As Lutas Sociais e a Defesa da Universidade”: este será o tema central do 53º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad) do Andes-SN, que será realizado no período de 26/9 a 29/6, em Palmas (TO). A Assembléia de 12/6 da Adusp indicou os professores César A. Minto (delegado) e Sérgio P. A. Souto (observador) para representar a entidade no 53º Conad.

O evento propiciará um momento de avaliação e atualização do plano de lutas aprovado no 27º Congresso do Andes-SN (Goiânia/GO, janeiro de 2008), além de dar posse à nova Diretoria do Sindicato.

Gatilho: e os resultados parciais?

Conforme noticiado no Informativo Adusp 261, de 9/6/08, a Reitoria comunicou à Adusp, por e-mail enviado em 3/6/08, que estimava um prazo de 60 dias para o fechamento da lista incontroversa, afirmando ainda que os resultados parciais seriam noticiados à entidade ao longo do período. Até a presente data, nenhum resultado parcial foi apresentado.

Por outro lado, a Adusp analisou os documentos en-

treghes pela Reitoria na reunião de 20/5/08, relativos a 26 dos 46 docentes sobre os quais pedimos informações em 3/4/08 (ainda não recebemos resposta sobre os outros 20 colegas). A conclusão é que em um dos casos houve erro material, ou seja, trata-se de docente que não constava da lista da petição inicial mas era professor da USP em 1987 e 1990 (ano do gatilho não pago e ano da entrada da

ação, respectivamente) e associado da Adusp em 1990.

Assim, a Reitoria continua nos devendo resposta sobre a situação de 206 nomes que constavam da petição inicial e dos 20 acima mencionados. Além disso, permanece em aberto a questão sobre os pesquisadores de museus.

Continuamos reivindicando mais agilidade da Reitoria no tratamento das questões relativas ao gatilho.